

O PAPEL DA FILOSOFIA NO BRASIL: COMPROMISSOS E DESAFIOS ATUAIS.

Antônio Joaquim Severino

Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

A prática da filosofia no Brasil de hoje tem-se encontrado diante uma situação de acentuada crise. De repente ela se sente efetivamente ameaçada já que está perdendo não só o apoio do prestígio representado por uma tradição inquestionável, mas também está perdendo a garantia que lhe era assegurada pela aliança com o sistema burocrático da educação nacional. De repente ela se vê solta no tempo e no espaço, diante da desconhecida tarefa de sobreviver por conta própria, de justificar sua própria presença e de definir sua exata contribuição, dizendo a que veio.

Neste sentido, a filosofia no Brasil está sendo questionada de fora, institucionalmente. Numa sociedade dominada pela força da positividade e da tecnocracia, não foi difícil aos burocratas do ensino questionar a sua presença. Na realidade nem precisavam alegar explicitamente o perigo potencial que sua atuação poderia fazer correr para as instituições e seus interesses eventualmente comprometidos: bastava alegar sua falta de contribuição para o aumento da produtividade geral. Acontece que estando a educação e o aparelho escolar brasileiro a serviço de uma classe dominante altamente elitizada, segura da permanência e solidez de seus privilégios, não há necessidade de explorar e desenvolver o potencial revolucionário da educação. Reconhecer a importância da educação é uma postura incompatível com a postura elitista¹. À elite não interessa a elevação do nível de consciência das massas e ao controlar o aparelho governamental e o aparelho escolar, relegam a educação a um segundo plano. No caso específico da filosofia, esta irrelevância pode ser garantida paradoxalmente pela sustentação de uma prática filosófica legitimadora da ideologia desta classe dominante. Não se está muito preocupado em saber o que é a filosofia e aquilo do que ela é capaz no seio de uma cultura, mas desde que ela bajule os valores proclamados pela ideologia oficial, ela será aceita na corte do príncipe como são aceitas todos os áulicos e todas as prostitutas disfarçadas.

Mas, em nosso atual contexto histórico, até esta presença epidérmica da filosofia, já não está-se fazendo aceitável pelo sistema. Seguro de sua auto-suficiência, quer mais que simples fidelidade e subserviência dos que o freqüentam para distribuir os benesses da corte: é preciso ainda participar da produtividade geral.

Em decorrência desta queda em desgraça, a filosofia se sente ameaçada pela desagregação institucional. Tiraram-lhe a presença nos currículos do 2º grau, criam-se currículos de cursos superiores puramente técnicos, ameaçam-lhe desativar seu último reduto, o acadêmico universitário, fazem-lhe promessas cínicas de um futuro risonho, mas inviável.

Mas o pior, é que ao sentir-se assim ameaçada de perder o emprego oficial, ela começa a se dar conta de que não está preparada para enfrentar uma situação desconhecida em que não contará mais com a chancela do oficialismo. Percebeu que está-se desagregando também pelo interior: e esta é uma crise mais grave.

Mas este fim do parasitismo no corpo do sistema, está trazendo para a filosofia uma crise salutar. Ela está sendo forçada a tomar a iniciativa de se criticar, de se questionar, de se perguntar a que veio e a que preço se pode avaliar sua contribuição no processo social de um país. Inclusive se põe a perguntar o que fazer para renovar o seu pacto com os redutos do oficialismo político e acadêmico.

O momento é, pois, oportuno para que, neste encontro, façamos um esforço conjunto para ressaltar algumas exigências a serem repensadas e meditadas, alguns compromissos a serem assumidos e alguns desafios a serem enfrentados.

1. O pensamento filosófico no Brasil deve desenvolver a sensibilidade ao que é relevante para a comunidade brasileira quando da explicitação de sua problemática. Trata-se de superar toda forma de artificialismo da temática filosófica. A questão do conteúdo da problemática filosófica, como também da educação, é uma questão a ser levada a sério: aqui, pode-se até mesmo falar de uma ética do desempenho do trabalho filosófico. Cumpre engajar a reflexão filosófica na compreensão e na explicitação de problemas reais, que efetivamente nos concernem, questões fundamentais para a existência da comunidade. Não basta para justificar a filosofia e rigor formal, a erudição, o virtuosismo intelectual ou a ilustração do tratamento: é preciso abordar questões realmente relevantes para o existir humano, tal qual se concretiza e se historiciza no contexto atual da realidade brasileira.

Ao filosofar brasileiro cumpre recuperar a relevância de que se deve ocupar todo pensamento filosófico. Preocupar-se com problemas relevantes é um traço típico de toda a autêntica tradição filosófica; muitas vezes, tem-se a impressão contrária por que insistimos em desenraizar os filósofos de seu contexto histórico, em purificar e destilar seu pensamento². É por isso que a filosofia acadêmica caiu no formalismo vazio, perdeu

conteúdo, transformando seu ensino em pura repetição enfadonha e asséptica. Rompeu seus vínculos, seu cordão umbilical com a circunstância histórica e social, não consegue sair da caverna filosófica universitária³. Trata-se de uma filosofia do sujeito desencarnado, pretensamente a-histórico. Situação esta bem protegida pela burocracia academicista e acalentada pelo oficialismo dos aparelhos governamentais, acaba satisfazendo e acomodando, paradoxalmente, os educadores-filósofos, comprometendo intrinsecamente o seu trabalho pedagógico e também a sua validade filosófica.

2. Para situar-se no âmbito de uma problemática relevante, a filosofia brasileira deverá **retornar à atualidade**, ou seja, recolocar sua temática na verdadeira temporalidade. Impõe-se-lhe superar o historicismo e o modismo presentista que levam, necessariamente, ao escolasticismo. O filosofar de um povo ou de um indivíduo não paira sobre o tempo. A filosofia tem de aceitar sua historicidade. Só conseguirá submeter o tempo, submetendo-se a ele.

É nesta perspectiva que se deve explicitar com atenção e cuidado o sentido de história da filosofia e sua relação com um filosofar atual. Filosofar não é retomar, dissecar e eventualmente ornamentar, teses defendidas por pensadores clássicos. A riqueza da contribuição da abordagem da história da filosofia está justamente na fecundidade de um diálogo estabelecido ao nível de uma problemática própria de um passado discutida por um pensador que a ela se tornará, então, mais sensível. É esta atitude de enfrentamento e de resposta que permanece válida e não o arranjo final do sistema.

O culto do autor clássico por si só não se justifica nem a exigência de filiação a uma escola filosófica do passado, é uma exigência propriamente filosófica. Não se nega a importância pedagógica das escolas clássicas mas a pedagogia dos acontecimentos históricos é ainda mais necessária na formação do pensador. A erudição histórica é necessária mas exatamente na medida em que se transformar em ponto de partida para sua própria superação. Filosofar é também negar as filosofias, é recusar o tradicionalismo. Nossas relevâncias são necessariamente atuais.

3. Outra exigência para o filosofar brasileiro redefinir-se em termos de relevância temática, é a reconquista da sua regionalidade, de seu espaço social. Além de recuperar o seu tempo histórico, cabe-lhe ainda recuperar seu espaço-social⁴. A filosofia brasileira deve voltar do exílio no qual se colocou sem ultrapassar as fronteiras geográficas do país. Alcançará a universidade a que aspira a partir da particularidade de sua circunstância e não forçando o seu reconhecimento ao concorrer com os pensadores

estrangeiros, assumindo seus últimos produtos, numa voragem consumidora, num desvairedo comércio de importação de idéias.

Trata-se de recusar o estrangeirismo, o alienismo, o modernismo de última hora, sem cair, naturalmente na xenofobia e num nacionalismo ufanista e ingênuo. Nas relações do pensamento brasileiro com o pensamento estrangeiro, devem prevalecer exigências análogas às formuladas no relacionamento com a filosofia do passado. O que deve vingar é o diálogo, é o intercâmbio mas nunca a transposição erudita e auto-suficiente. Diálogo e intercâmbio se viabilizam em função de preocupações que perturbam a humanidade, em determinado segmento do tempo histórico e determinado local do espaço social ocupado. O mais é falso universalismo, conseguido ao preço da formalização do pensamento vivo e da sua conseqüente esterilização.

Esta exigência da inserção da problemática filosófica no concreto da situação impõe ao filósofo nacional, por assim dizer, a sua setorização, ou seja, que volte a atenção para os vários aspectos pelos quais a problemática brasileira se manifesta. É infeliz a expressão "filosofia pura", pela conotação de que caberia à filosofia cuidar de problemas que lhe seriam específicos, ignorando os outros problemas a serem tratados pelas ciências. Neste sentido, a filosofia não pode ser pura mais aplicada: ela será de pleno direito, filosofia política, filosofia social, filosofia da educação, da cultura, da ciência etc., pois é enquanto política, social, educacional, cultural, científica etc. que a problemática existencial brasileira se manifesta. E este é o lugar natural da filosofia.

4. Ao filosofar brasileiro cabe-lhe o desafio de realizar a interdisciplinaridade, superar o solipsismo filosófico, sua postura de aristocratism e seu artificialismo. Não é possível tratar do relevante, do atual e do imediato, sem recorrer à contribuição das ciências, de modo particular, das ciências humanas, e das demais atividades do espírito, vigentes entre nós. É hora de rever a implícita posição de acordo com a qual o filosofar constituiria uma atitude privilegiada, auto-suficiente e superior às demais atividades dos homens. A filosofia é uma prática como as demais, tão enraizada nas circunstâncias como elas, igualmente devedora dos vários determinismos. A diferença é que seu orgulho, seu autoconceito muito elevado, impediu-lhe a humildade da autocrítica e a busca de um ritmo de pulsação mais real.

Por maiores cautelas que deve tomar a filosofia contra a tendência cientificista que ronda todo o empreendimento científico entre nós, nada justifica a atitude de isolamento por parte dos filósofos nacionais em relação às ciências. É que, afinal, as nossas relevâncias estão sendo objetiva-

mente pesquisadas e delimitadas pelas ciências, num trabalho que está indo num crescendo animador. As ciências humanas, sem passado a que se ater, se libertaram mais cedo de suas matrizes metropolitanas e estão partindo rumo à conquista efetiva da fenomenalidade da temática brasileira. E a filosofia no Brasil, para ser autêntica, não poderá desvincular o seu trabalho das conquistas destas ciências humanas. A compreensão do homem brasileiro, indivíduo, grupo ou comunidade, a explicitação das estruturas fundamentais das condições de sua existência, objetivo último da filosofia, não poderão ser alcançadas por ela, se ignorada for a contribuição destas ciências.

Rompido o isolamento, instaurada a colaboração, inicia-se a real experiência da interdisciplinaridade. Interdisciplinaridade que não deve realizar-se apenas no plano de uma epistemologia da abordagem do sujeito humano, mas igualmente na constituição de uma antropologia concreta⁵.

5. Por outro lado, o filosofar brasileiro precisa integrar o agir. Não pode mais permanecer na pura contemplação, especulativa e obscurantista. Seu distanciamento do vivido, a prudência contra o ativismo não podem custar-lhe a contribuição eficaz para a reorientação da histórica e para a elaboração de um projeto coletivo para a sociedade brasileira. A filosofia, para nós, brasileiros, deve construir uma coerência entre pensamento e ação. Afinal, a existência humana só se revela à consciência filosófica já como plena atividade. Os problemas reais só se manifestam no emaranhado da ação. É a ação que provoca a reflexão, e a filosofia é fundamentalmente reflexão⁶. O ideologismo fácil espreita o trabalho da filosofia. Mas isto não é argumento válido para se evitar o compromisso do pensamento filosófico com a ação em todos os seus desdobramentos. O Brasil necessita de um novo projeto histórico e, para elaborá-lo, a filosofia brasileira não poderá deixar de dar a sua contribuição.

Integrar o agir como? Assumindo-o como tema de sua reflexão, ousando adiantar propostas alternativas, discutindo suas conseqüências e suas condições nas situações as mais concretas, pleiteando a participação nos acontecimentos reais que envolvem a comunidade, avançando utopias, cobrando os compromissos assumidos, levando a sério a prática política, a prática social, a prática educacional e todas as práticas da comunidade, elaborando linhas de ação.

O que não é concebível e aceitável para a filosofia brasileira e o que, afinal de contas, tem significado a sua própria irrelevância, é este dualismo entre teoria e prática, entre ação e reflexão, entre pensar e agir. Isto tem levado a prática filosófica para os estéreis gabinetes e causado a

acomodação dos filósofos que se transformam assim em técnicos, deixando de ser políticos educadores. É preciso enraizar a reflexão na práxis e nutrir a práxis pela reflexão⁷.

6. Outro desafio lançado ao filosofar brasileiro é a vigilância em relação ao exercício da autocrítica. Tem de recusar todas as formas de dogmatismos, sobretudo o de seu método e o de suas verdades. Deve aprender a conviver com a relatividade de seu discurso. Ele não é portador de verdades absolutas porque os acontecimentos, sobre os quais legislam estas verdades, são sinuosos em sua historicidade. Ademais o espírito é contingente.

A exigência da disponibilidade do pensador para uma atenta e contínua revisão de seu próprio pensamento, enquanto conteúdo interpretativo de manifestações da realidade histórico-social em que vive, não é apenas uma espécie de moderação que se pede ao filósofo. É mesmo uma exigência técnica que assegurará ao pensamento novas aberturas para sua superação e crescimento. Caso contrário, o dogmatismo se instala e mata a vida do pensamento e sua fecundidade.

7. À exigência da autocrítica se acresce a necessidade do espírito crítico em geral. Ao filósofo cumpre adquirir a capacidade e a competência da crítica, saber manter-se suficientemente distanciado de seus aliados, na ordem do pensamento, na ordem do manifestar-se social e na ordem do próprio envolvimento na história e na ação. O filosofar deve evitar a prática de todas as formas de reducionismo, científico ou ideológico.

Nesta linha de considerações, deve-se ressaltar o papel específico da filosofia no sentido de criticar as várias formas de discursos pronunciados pelas diversas fontes do pensamento. E não se trata apenas de elaborar outro discurso formal, desenvolvendo uma crítica puramente teórica, a nível de modelo. Trata-se de denunciar concretamente os desvios e as significações ideológicas dos discursos produzidos no Brasil. Não só os discursos do oficialismo político, mas também os discursos que relatam a produção científica, cultural, educacional etc. ocorrida no Brasil. Trata-se de desmascarar as ideologias subjacentes aos vários discursos e aos sistemas sociais, cobrando inclusive a coerência entre os objetivos propostos e a ação decorrente. A contribuição filosófica, neste sentido, tem sido pequena, o que testemunha uma concepção enviesada da especialização e a ausência da prática da interdisciplinaridade.

8. Finalmente, ao contrário do que tem sido até agora, a filosofia brasileira precisa-se reconstruir como pedagogia. Ela deve dar sua contribuição para a formação política da sociedade brasileira, ser ao mes-

mo tempo, paideia e politéia, tendo com vistas à elaboração do projeto histórico nacional. Ela participará deste processo contribuindo na formação de uma nova consciência social.

As dificuldades e os impasses da construção de uma sociedade mais justa, que atenda às necessidades de todos os brasileiros, nos planos político, econômico, social, cultural e espiritual, além de seus determinismos específicos agravam-se ainda mais com a fragmentação do projeto social brasileiro em decorrência sobretudo da transição epistemológica por que passou o sistema ético-político da humanidade, derivando para um sistema puramente praxeológico, fundado na positividade e na tecnocracia, perdida a unidade do humano⁸.

Pleitear para a filosofia brasileira a recuperação de sua dimensão pedagógica, não é apenas lembrar ao filósofo as exigências específicas do trabalho didático do educador, mas também redimensionar o alcance do trabalho intelectual que desenvolve para uma comunidade que vive um momento histórico bem determinado, dentro de circunstâncias bem concretas. O filósofo é também um educador político, um profeta, que lembra, por força de sua missão, a todos os autores da história as ineludíveis exigências da unidade do homem e de sua dignidade.

BIBLIOGRAFIA

- GADOTTI, Moacir. Para que serve afinal a filosofia? In: **Reflexão**, 4 (13): 131 – 135.
- GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. 2. ed. Porto Alegre, movimento, 1978. (Col. Dialética, 6.)
- JAPIASSU, Hílton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro, Imago, 1975.
- JAPIASSU, Hílton. Para onde vai a filosofia? In: **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves. 1977. p. 150 – 193.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo, Cortez – Autores Associados, 1980.
- SCHOOYANS, Michel. Tarefas e vocação da filosofia no Brasil. **Rev. Bras. de filosofia**, 11 (41): 61 – 90. IBF. São Paulo, 1961.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. A questão da autenticidade da filosofia brasileira. **Reflexão**, 1 (1): 43 – 51. PUC. Campinas, 1976.

- SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e despersonalização na realidade social brasileira. In: REGIS DE MORAIS, J. Fco. org. **Construção social da enfermidade**. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978. (Col. Educação Universitária). p. 99 – 108.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e historicidade: as mediações histórico-sociais da filosofia da educação. In: **Filosofia e Desenvolvimento. Atas da III Sem. Int. de Filosofia**. Rio de Janeiro, SBFC, 1977. V.2, p. 815 – 818.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. A situação da filosofia social na sistemática filosófica, **Reflexão**, 4 (14): 91 – 97. PUC-Campinas, 1979.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **A antropologia personalista de Emmanuel Monier**, São Paulo, Saraiva, 1974.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. A crise da educação brasileira e as exigências da formação do professor. **Leopoldianum**, 5 (13): 7 – 13. Soc. Visc. S. Leopoldo. Santos. Ago. 1978.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. As ciências humanas no contexto sócio-cultural brasileiro. **Marco**, 1 (1): 83 – 89. Inst. Ciências São Marcos. São Paulo, 1979.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Pensando em rumos da filosofia brasileira. In: **Rumos da filosofia atual no Brasil**: São Paulo, Loyola, 1976. p. 75 – 95.

Referências Bibliográficas

- (1) Cf. SAVIANI, Dermeval, **Educação: do senso comum à consciência filosófica**, pp. 13 – 14.
- (2) Cf. SEVERINO, Antônio Joaquim, A questão da autenticidade da filosofia brasileira, In: **Reflexão**, 1 (1): 43 – 51.
- (3) Cf. expressão de Hílton Japiassu, **Introdução ao Pensamento epistemológico**, p. 165.
- (4) Cf. SEVERINO, Antônio Joaquim, Educação e despersonalização na realidade social brasileira. In: REGIS DE MORAIS, J. Francisco, **Construção Social da enfermidade**, p. 100 e sobretudo Educação e Historicidade: as mediações histórico-sociais da Filosofia da Educação. In: **Filosofia e Desenvolvimento. Atas da III Sem. Int. Filosofia**, Rio de Janeiro, SBPC, 1977. Vol. 2. pp. 815 – 820.
- (5) Indo um pouco além do que propõe JAPIASSU, na obra acima citada, p. 175.
- (6) Cf. SAVIANI, Dermeval, **op. cit.** p. 23 e ss.
- (7) Cf. GADOTTI, Moacir, Para que serve afinal a filosofia? **Reflexão**, 4 (13): 134.
- (8) Cf. Hílton JAPIASSU, **O mito da neutralidade científica**, o capítulo sobre ciências humanas e praxeologia, p. 49 – 70.